



Movimento Unificado de Servidores Públicos Estaduais foi recriado em 2015 pela necessidade de as categorias estabelecerem estratégias para enfrentar os atrasos de pagamento, a falta de reajustes e as medidas que prejudicam os servidores.

## Movimento Unificado organiza servidores na defesa dos direitos

PÁGINAS 6 e 7

**REUNIÃO COM PGJ  
Diretoria conversa  
com novo  
Procurador-Geral  
sobre atualização  
de benefícios  
e outros temas**

PÁGINA 12



Rafael Luz, Flávio Sueth, Fabio Maia e Augusto Oliveira

**Há dez anos,  
funcionários  
garantem o bom  
funcionamento e  
o atendimento da  
Assemperj a seus  
associados**

PÁGINA 2

FLÁVIO  
SUETH

# Editorial

## Nenhum direito a menos

**Em tempos de “crise”** e ataques aos direitos mais básicos da população e dos servidores públicos, o Conselho Editorial da Revista Servidor MPRJ não poderia deixar de trazer, neste mês, debates que são fundamentais a serem travados. São questões sobre a previdência, a forma como o Estado pode gerir seus recursos e a própria importância do serviço e do servidor público para que a sociedade brasileira consiga atingir patamares mínimos de dignidade e progredir.

Em relação a este último aspecto, nossa capa destaca o MUSPE (Movimento Unificado dos Servidores Públicos Estaduais do Estado do Rio de Janeiro). O movimento tem sido referência nacional no enfrentamento às políticas de ataques aos direitos dos servidores e na defesa dos serviços públicos. Essa experiência, inédita no País, de congregar mais de 40 entidades em um movimento autônomo, tem obtido êxito.

Desde 2015, o governo do PMDB vem tentando passar medidas impopulares e lesivas ao interesse público na Alerj, mas tem encontrado muita dificuldade, mesmo com ampla maioria no parlamento e com uma forte repressão policial ao movimento. Investigações federais indicam que a “crise” financeira instalada no Estado tem relação direta com o grande esquema político/empresarial de corrupção que toma os noticiários nacionais, bem como com o excessivo endividamento público realizado de forma irresponsável.

Contudo, a corrupção ora investigada não é a única causa da crise financeira. O MUSPE apontou, durante todo o ano de 2016, fundamentado em parecer exarado pelo Tribunal de Contas do Estado, e em dados publicados na mídia, a necessidade de investigação parlamentar acerca da concessão de bilhões em incentivos fiscais outorgados pelo governo, entendendo que a queda na arrecadação do Estado é, também, responsável pela calamidade financeira.

A Alerj instaurou uma CPI para avaliar a contrapartida social dos incentivos concedidos em atendimento ao pleito oficiado pelo MUSPE e requerimentos parlamentares. Destaca-se, neste tópico, a imperiosa necessidade de investigação no Rioprevidência, indispensável à saúde financeira do Estado.

A experiência política de 2016 demonstrou que a participação maciça dos servidores nas manifestações públicas de repúdio aos pacotes de maldade é indispensável à obtenção de significativo apoio político junto aos deputados estaduais que, mesmo da base governista, optaram por devolver os projetos de lei ao Palácio Guanabara.

Indispensável, pois, a participação dos servidores na defesa dos seus direitos e do serviço público de qualidade. O novo pacote veda a criação de novos cargos preenchíveis por concurso público e, assim, sinaliza-se com a precarização de um Estado que não conseguirá, na próxima década, atender ao crescimento populacional natural.

Veda-se novos concursos, e não novas contratações, no caso, temporárias e/ou comissionadas. Nossa categoria funcional, dada a vocação jurídica institucional, reflete forte representação no Estado do Rio de Janeiro. Destarte, a nossa participação nas manifestações de servidores agrega junto aos parlamentares notoriedade e combatividade. Desta forma, nos próximos dias em que estaremos diante da votação de projetos de lei que produzem grande prejuízo financeiros em nossas vidas, façamos um Pacto de Coesão: a cada convocação, esteja presente, se represente e aumente a força da sua associação. Participe comparecendo às convocações de MARCHA À ALERJ, permitindo a demonstração de nossa combatividade. Somos uma categoria de forte representatividade, só nos falta expor nossa COESÃO!

## Há 25 anos representando os servidores do MPRJ

A Assemperj tem um histórico de mais de duas décadas de representatividade do corpo de servidores do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. A entidade funciona de segunda a sexta em, horário integral, das 9h às 18h sendo disponível aos associados diversos convênios em várias áreas de saúde, educacional e outros serviços.

Representando cerca de 3.800 servidores, a associação participa das lutas por melhores salários e de todas as negociações com Administração, encaminhando e defendendo as demandas e reivindicações da categoria. O atual corpo de funcionários da entidade é composto por Fabio Maia, Rafael Luz e Augusto Oliveira. Fabio é responsável pelo controle financeiro, contabilidade, fluxo de caixa e outros serviços externos. Rafael faz o atendimento direto aos associados, o acompanhamento das mensagens recebidas e retorno. Também auxilia no controle financeiro e nos convênios. Augusto é responsável pela intermediação com o setor de pagamento de benefícios e recursos humanos do MP. A secretária Leila Rodrigues também é funcionária antiga da associação e encontra-se afastada a cerca de um ano por motivos de saúde.

### Expediente

**ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
Travessa do Ouvidor, 38, 2º andar. Centro Rio de Janeiro RJ CEP: 20040-040 / (21) 2550-9130 e 2220-9763

CONSELHO DIRETOR: **Presidente:** Flávio Sueth Nunes - **Vice-presidente:** Raphael Francisco Leite Pinto de Carvalho - **Secretária Geral:** Christiane Pinheiro  
**Diretoria Jurídica:** Aline Cícero  
CONSELHO DELIBERATIVO: Aline Ferreira Faria - Maria da Glória Araújo Amaral - Ricardo Arouca Cleaver CONSELHO FISCAL: Carlos Augusto Brizzante Gonçalves - Jairo Darella - Ricardo Souza Matos



**Edição e texto:** Manuella Soares (JP 31684RJ)  
**Produção:** Nourrau Comunicação e Assessoria  
ms.manusoares@gmail.com  
**Ilustração:** Aliedo Kammar  
**Fotos:** Assemperj  
**Tiragem:** 3.000 exemplares





# A verdadeira história do Dia Internacional da Mulher

Foto Mídia Ninja



No último dia 8 de março, milhares de mulheres e também homens marcharam nas capitais do País contra a violência contra a mulher e pela vida, pela legalização do aborto e contra a Reforma da Previdência do governo Temer, que aumenta em cinco anos o tempo de contribuição para que elas possam se aposentar. O 8 de Março foi um Dia de Luta. No Brasil e no Mundo, as mulheres disseram em alto e bom som: Nem uma a menos! No Rio de Janeiro (foto) cerca de 10 mil ocuparam a Avenida Rio Branco em passeata.

**O Dia Internacional da Mulher** é comumente retratado como tendo sua origem em uma greve de tecelãs americanas, no ano de 1857, na cidade de Nova Iorque, nos EUA, quando os patrões “atearam fogo” em uma fábrica matando 129 operárias em greve por aumento de salários e redução da jornada de trabalho. A cena trágica teria acontecido em um dia 8 de março.

No entanto, o episódio é questionado por pesquisadoras como as brasileiras Naumi Vasconcelos, Eva Blay e Dolores Faria e as francesas Renée Côté e Liliane Kandel (GIANNOTTI, 2004). Segundo as estudiosas, a data de 8 de março, assim como o episódio, foi criado ao longo da história por forças políticas de variadas correntes antisocialistas, especialmente durante o período da Guerra Fria, durante as décadas de 1960 e 1970.

A verdadeira origem do Dia Internacional da Mulher Socialista estaria em duas greves realizadas por operárias na mesma Nova Iorque, nos anos de 1909 a 1910 e em 1911. A primeira durou quatro meses e as reivindicações eram as mesmas da greve fictícia: aumento salarial e 12 horas de jornada diária (que na época era de até 16 horas).

Na segunda greve, no dia 29 de março de 1911, foi registrada a morte de 146 pessoas, a maioria mulheres imigrantes. Segundo as historiadoras, o acidente aconteceu por conta das péssimas condições de segurança em uma fábrica têxtil.

É mesmo de estranhar que os próprios donos causassem

um incêndio propositalmente em sua propriedade. Mas a confusão foi feita por motivos ideológicos e políticos, como forma de retirar o protagonismo das mulheres socialistas que atuaram decisivamente no período que antecedeu à Revolução Russa de 1917. Nos anos 1980, o 8 de março de 1857 acabou sendo reconhecido pela ONU e UNESCO como a data oficial do Dia Internacional das Mulheres.

## O que a história oficial não conta

Mas fato é que, há exatos cem anos, 200 mil tecelãs russas em greve percorreram as ruas de Petrogrado em luta pelo fim da I Guerra Mundial, pelo aumento dos salários, contra a fome e em comemoração ao Dia Internacional da Mulher Trabalhadora. A manifestação ocorria em 23 de fevereiro de 1917, pelo calendário bizantino. Oito de março pelo calendário ocidental.

E a luta das mulheres se faz necessária até os nossos dias, num Brasil onde a cada uma hora e meia uma é morta por um homem, aumentando exponencialmente as taxas de feminicídio no país. Respeito à vida, salários iguais, aposentadoria, saúde e tantos outros direitos ainda são diariamente e duramente conquistados pelas mulheres. Por isso, a luta das mulheres socialistas e revolucionárias do século XIX se mantém e é atualizada no combate que mulheres e também homens têm que fazer contra as diferenças, o preconceito e a violência.



**RICARDO  
LODI RIBEIRO**

# Opinião

## **BENEFÍCIOS FISCAIS: DO INCENTIVO AO *RENT SEEKING***

Com a crise fiscal que assolou o Estado do Rio de Janeiro, levando à paralisação de diversos serviços essenciais à população, como os da área de saúde e educação, além de deixar os servidores ativos e inativos sem receber os seus salários e benefícios previdenciários, volta com força ao debate a discussão sobre a política de concessão de benefícios fiscais no âmbito estadual, pela grandeza dos números por ela representada em relação ao orçamento estadual. Apesar da falta de transparência dos dados disponíveis, de acordo com o Relatório de Auditoria Governamental do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, no período de 2008 a 2013 foram concedidos R\$ 138 bilhões de reais em benefícios fiscais no âmbito do ICMS. No mesmo período, a arrecadação do mesmo imposto foi de R\$ 140 bilhões. Ou seja, praticamente, um real arrecadado para cada um que foi dispensado pelo Estado. Além do tamanho grandioso do favor no orçamento, tais benefícios chamam também a atenção pelo seu grau de inconformidade com o ordenamento jurídico vigente, em que a Constituição Federal e a Lei Complementar nº 24/75 exigem a prévia aprovação em convênio, no âmbito do CONFAZ, da concessão de qualquer benefício fiscal em matéria de ICMS, a fim de evitar a guerra fiscal. E considerando os dados contidos nas leis orçamentárias anuais de 2015 e 2016, cerca de 80% dos benefícios fiscais não atenderam ao aludido requisito constitucional, o que, de acordo com a jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal, levaria à nulidade do seu deferimento.

Como acontece em todo o mundo, os benefícios fiscais no Estado do Rio de Janeiro são concedidos sob a fundamentação da necessidade de estimular os investimentos empresariais a partir da atribuição de uma carga tributária menos gravosa, a fim de atrair empregos e promover o desenvolvimento da economia do Estado. Tais objetivos são nobres e tutelados constitucionalmente, notadamente quando destinados a setores que precisam do apoio estatal para o seu fortalecimento e a regiões do território da entidade tributante que necessitam superar os estágios iniciais de desenvolvimento socioeconômico. Porém, não é demais lembrar que a dispensa do pagamento de tributos a setores dinâmicos e lucrativos da economia acaba por levar à concentração da carga tributária em segmentos de menor capacidade contributiva, subvertendo a função distributiva do sistema tributário. Por essas razões, o vencedor do Prêmio Nobel de Economia, Joseph Stiglitz, na festejada obra *O Preço da Desigualdade*, defende o fim da assistência pública às grandes empresas, incluindo os benefícios fiscais, que reduzem a progressividade do sistema e distorcem os incentivos aos agentes econômicos. Segundo o laureado economista, as empresas que dependem de favores estatais para funcionar devem ser fechadas. Tais argumentos, ainda que carregados de certo exagero retórico, não podem deixar de ser considerados por ocasião da discussão sobre as propostas de desoneração fiscal para os setores produtivos, uma vez que acabam por contribuir para o aumento da desigualdade, na medida em que proporcionam um aumento da taxa de retorno do capital além das possibilidades oferecidas pelo mercado. Afinal,

como destacado por Thomas Piketty, em *O Capital no Século XXI*, quando a taxa de retorno do capital ( $r$ ) supera o crescimento da economia nacional ( $g$ ), a desigualdade se eleva. Assim, a concessão de benefícios fiscais desarrazoados, quando as razões extrafiscais não justificam o afastamento das considerações baseadas na capacidade contributiva, também promove o mesmo efeito concentrador de renda, catapultando o retorno do capital em relação ao aumento da economia nacional ( $r > g$ ), na equação de Piketty.

Deste modo, a imposição de benefícios fiscais para setores econômicos dotados de maior capacidade contributiva acaba por onerar todos os outros segmentos sociais que deverão ser responsáveis pelo custeio das despesas públicas, ou, suportar os efeitos socialmente perversos do inadimplemento dos serviços públicos essenciais. Não se está, com isso, inquinando de ilegitimidade todos os benefícios fiscais setoriais, pois sua concessão pode vir a trazer benefícios para todos, à luz do princípio da diferença, preconizado por John Rawls, segundo o qual as distinções entre as pessoas só se justificam se trazem benefícios para toda a sociedade, especialmente para os menos favorecidos. Mas, à luz da justiça distributiva, há um ônus argumentativo na defesa da concessão de benefícios fiscais contrários à capacidade contributiva, em nome da extrafiscalidade, por exemplo. Tais tensões devem se resolver pelo juízo de ponderação que revele as vantagens para o Estado e para a sociedade na concessão dos favores fiscais.

Por outro lado, para evitar o comprometimento das políticas públicas pela outorga abusiva de benefícios fiscais, a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu artigo 14, exige que a sua concessão deva ser acompanhada da demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa orçamentária de receita, ou seja, que foram adotadas medidas de compensação a partir da elevação de outros tributos.

Porém, no Estado do Rio de Janeiro foram concedidos benefícios fiscais sem atentar para quaisquer desses comandos normativos. Foram deferidos favores fiscais relativos ao ICMS sem autorização do CONFAZ, por lei estadual ou decreto, sem a observância de medidas compensatórias, a partir do argumento genérico, sempre desprovido de qualquer demonstração, de que incentivos para novos empreendimentos não comprometem a arrecadação tributária, uma vez que os negócios ainda não existem. O argumento, além de não acobertar uma miríade de favores para negócios já existentes, esconde as necessidades públicas de infraestrutura e investimento público por trás da expansão de novos estabelecimentos. Ademais, ainda que fosse correta no plano hipotético, tal política teria se mostrado totalmente ineficiente no caso concreto dado o baixo crescimento econômico do Estado em relação à média nacional no período. E o que é mais grave, a adoção dessas medidas não levou em consideração o necessário juízo de ponderação entre os rasgos à igualdade e à capacidade contributiva e os supostos benefícios econômicos e sociais da medida.

Muito pelo contrário. De acordo com a decisão do Tribunal Regional Federal, prolatada no dia 09/02/17, que cassou os man-





dados do Governador e do Vice-Governador por abuso do poder econômico, a concessão de benefícios fiscais pelo Governo do Estado, agigantada nos últimos anos, acompanhou o ritmo das doações de campanha dos candidatos eleitos. Como se sabe, o nosso sistema político funciona de forma a cada vez mais a aumentar a desigualdade de resultados e reduzir a igualdade de oportunidades, conferindo excessivo poder aos que estão no topo às expensas do restante da sociedade, não só limitando a redistribuição, mas moldando as regras do jogo a seu favor, com a adoção de atividades de rent seeking, assim entendidas, segundo Stiglitz, como a obtenção de rendimentos não como recompensa por ter criado riqueza mas por açambarcamento de uma fatia excessiva de riqueza que não se produziu.” E explica o laureado economista norte-americano o contexto em que são desenvolvidas as atividades de rent seeking: “Os ricos do topo aprenderam a extrair dinheiro dos outros com métodos que esses outros mal conhecem – é essa a sua verdadeira inovação.”

Ao mesmo tempo que se salpicaram incentivos que em nada estavam relacionados com o desenvolvimento regional, mas, ao contrário, foram concentrados espacialmente nas regiões mais ricas, e nem com os segmentos econômicos que precisavam do apoio estatal, mas atendiam a conveniências políticas e eleitorais, a carga tributária para os demais contribuintes não agraciados por tais benesses tornou-se uma das maiores do Brasil, com o adicional do fundo de combate à pobreza e alíquotas

violadoras do comando constitucional de seletividade, sempre entre as mais altas do país. Enquanto as receitas advindas do petróleo e gás eram abundantes, os vícios de tal equação instável não foram objeto de grandes preocupações por parte dos órgãos de controle. Agora, com a queda do preço das commodities no mercado internacional, a bomba financeira explodiu, exigindo providências drásticas das autoridades competentes. A essa altura, infelizmente, repressivas apenas.

Nestas circunstâncias, a política de benefícios fiscais do Estado, longe de fazer parte de uma estratégia de alavancagem do desenvolvimento regional, não passou da execução de políticas tributárias baseadas no rent seeking, acarretando um desarrazoado subsídio ao capital, que aumentou o seu retorno sem contribuir para o crescimento econômico, protegendo os seus detentores mesmo quando estes se mostram ineficientes, criando uma inércia política que contribuiu com as forças de divergência entre as classes sociais, comprometendo o financiamento de políticas públicas que poderiam levar ao desenvolvimento social e regional e levando ao quadro de falência do Estado, cuja conta é apresentada ao cidadão que mais precisa dos serviços públicos, ao servidor e aos aposentados e pensionistas.

Professor Adjunto de Direito Financeiro da UERJ. Diretor da Faculdade de Direito da UERJ. Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Tributário (SBDT).



## ESCOLA DE DIREITO DA AMPERJ O ENCAIXE PERFEITO DO NOSSO SISTEMA DE ENSINO COM OS SEUS PLANOS

# EDA



### • NOVAS TURMAS PRESENCIAIS

- COM PÓS-GRADUAÇÃO PELA UCAM (Universidade Candido Mendes - opcional) • DESCONTOS ESPECIAIS PARA EX-ALUNOS E INSTITUIÇÕES CONVENIADAS
- TURMAS: REGULAR MANHÃ, REGULAR NOITE E REGULAR SÁBADO

- MATRÍCULAS ABERTAS • VAGAS LIMITADAS • ÓTIMOS ÍNDICES DE APROVAÇÃO • TEMOS OS MELHORES VALORES

COORDENAÇÃO ACADÊMICA DAS TURMAS PRESENCIAIS: PROFª FLAVIA BAHIA

Av. Graça Aranha, 57, 2º andar, Centro (RJ), CEP: 20030-002 Tel.: 2240-0593 / 2220-6118

www.escoladedireito.com.br - e-mail: escoladedireito@amperj.org.br



www.facebook.com/AmperjEscoladeDireito



www.twitter.com/EscoladeDireito



# Servidores de 41 categorias se unem no MUSPE



O Movimento Unificado dos Servidores Públicos Estaduais foi recriado em 2015 com a realização de plenárias gerais de trabalhadores que se organizavam para reivindicar o reajuste anual de salários que até então não havia sido aprovado pela Assembleia Legislativa.



**Segundo o presidente** do Sindicato de Trabalhadores nas Indústrias da Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos de Niterói, Ary Girota, já naquele momento, os servidores estaduais previam que o governo Pezão iria atrasar o pagamento do 13º de 2015. E foi o que aconteceu. “O Muspe, ficou sendo conhecido como um fórum de luta pelo direito dos servidores estaduais que hoje congrega cerca de 40 entidades sindicais e associativas”, conta.

Diante da crise financeira do Estado que só se agravava, os servidores organizados no Muspe realizaram o seu primeiro ato em frente à Alerj no dia 3 de março de 2016, quando quatro mil pessoas lotaram a área da escadaria da Assembleia, invadindo o asfalto da Rua Primeiro de Março. No carro de som, os representantes sindicais fizeram falas contundentes contra a primeira ameaça de aprovação do Pacote de Maldades do governador Pezão. “Os servidores estaduais já se encontravam com salários e 13º atrasados, índice zero de reposição salarial e diante da ameaça de aumento do desconto previdenciário e do fim do subsídio para o bilhete único”, lembra Ary.

## Primeira vitória de resistência

Com as manifestações e atos realizados naquele período, o Movimento Unificado conseguiu barrar em meados de 2016 a primeira tentativa de aprovação do Pacote de Maldades. Nesse momento, o governo alegava que não tinha recursos para regularizar a situação dos pagamentos por conta da queda de arrecadação de impostos. O Muspe questionou essa tese ressaltando para a população a política de isenções fiscais que, na prática, faz com que o Estado abra mão dos recursos advindos de impostos que deveriam ser pagos pelo setor produtivo. Os servidores questionam a falta de critério e transparência para a concessão dessas isenções.

Ao longo de 2016, os salários de grande parte do funcionalismo continuavam atrasados. Os servidores das categorias de segurança se encontravam nessa situação e foram convencidos a trabalhar durante as Olimpíadas que ocorreram em agosto, com a promessa de que teriam os pagamentos atrasados regularizados. O que não aconteceu.

## Primeira tentativa de venda da Cedae

Na primeira metade de 2016, já estava posta a ameaça de venda de parte da Companhia Estadual de Águas e Esgoto (Cedae) como forma de salvar a falência financeira promovida pela má gestão dos governos Pezão e Dornelles. A tentativa de venda da única empresa estatal superavitária do Rio de Janeiro não foi a frente graças ao Movimento Unificado que atuou fortemente junto aos parlamentares na Alerj e em manifestações nas ruas.

Em novembro de 2016, mais uma vez o governo parcela salários e não paga o 13º, no mês seguinte. Apenas os funcionários em atividade das áreas de Segurança e Educação receberam suas remunerações. Aposentados, pensionistas e servidores da Saúde e outros órgãos como o Instituto Estadual de Meio Ambiente (INEA) e as universidades estaduais UERJ, UENF (Norte Fluminense) e UEZO (Zona Oeste) amargam até hoje o parcelamento de salários e o não pagamento do 13º. Isso sem contar que todas as categorias estão sem correção anual desde 2014.

O Muspe continuou a mobilizar o funcionalismo contra a nova ameaça de aprovação do pacote de Maldades e, em 8 de dezembro, realizou um grande ato no Centro da Cidade, quando os trabalhadores foram duramente reprimidos. O Movimento fez uma representação ao Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública do MPRJ questionando supostas condutas abusivas de agentes da polícia militar contra os manifestantes.

## 2017, a ameaça continua

Os servidores começaram o ano em luta. Não só o Pacote de Maldades voltou à cena como aparece atrelado a um acordo de Pezão com o governo Federal de aprovar na Alerj a privatização da Cedae como garantia para receber R\$ 3,5 bilhões e quitar os salários atrasados.

Além da privatização da Companhia, o governo Temer impõe outras contrapartidas para o empréstimo, que incluem o aumento da alíquota de desconto dos servidores aposentados de 11% para 14%.





A Assemperj atua ativamente no Muspe desde o seu surgimento, em 2015. Os servidores do MPRJ estiveram presentes em praticamente todas as manifestações em defesa dos direitos constitucionais e contra o pacote de Maldiades de Pezão e do governo federal.

### Água e esgoto são direito e não mercadorias

“Entregar a companhia à iniciativa privada tem como objetivo maior privatizar todo o fornecimento de água e esgoto no País”, alerta Ary Girota. Segundo o sindicalista, em 2015, o governo Dilma destinou R\$ 500 bilhões para o saneamento de todos os municípios do País. Este seria um dos grandes interesses econômicos por trás da privatização da Cedae que se tornaria uma vitrine e exemplo para as demais companhias públicas nos estados.

“No caso do Rio, a ideia é clara. A empresa dona da concessão irá dizer para as prefeituras onde são necessárias as obras de saneamento e abastecimento. As prefeituras, então, contratarão outras empresas, empreiteiras, para a realização das obras e com isso receberão os recursos públicos. Nós sabemos como termina essa história, tendo como exemplo o superfaturamento de obras para os jogos olímpicos e o exemplo da Copa de 2014”, alerta.

A Cedae é hoje responsável pelo abastecimento de 64 municípios fluminenses e 80% da rede de água e esgoto estão concentradas na capital. “Com a privatização, sabemos que os



Ary Girota, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Cedae de Niterói

empresários não vão querer investir nos municípios e bairros de baixa renda, já que essas populações não serão rentáveis e não poderão arcar com o aumento das tarifas pelo serviço”.

Segundo Ary, o Muspe entrou na Justiça Estadual com duas ações questionando a constitucionalidade da votação na Alerj, através da assessoria jurídica do STIPDAENIT.



Ao longo de dois anos de existência o Muspe só cresceu. No início apenas cerca de dez entidades, entre elas a Assemperj, atuavam no movimento através da participação das plenárias gerais de servidores. Hoje, 41 entidades integram o Movimento, entre elas o Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado (SindJustiça), Sindicato dos Profissionais de Educação (Sepe), todos os sindicatos representativos da Polícia Civil, a Associação dos Bombeiros Militares do Estado (ABMRJ), a Associação dos Docentes da UERJ (Asduerj), o Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UERJ (Sintuperj), a Associação dos Servidores da Vigilância Sanitária (Asservisa) e o Sindicato de Trabalhadores nas Indústrias da Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos de Niterói (STIPDAENIT).



# Servidor não é motivo da crise

**Para o economista e professor** da UFRJ, Mauro Osório, a crise do Estado do Rio de Janeiro é uma crise de receita pública. Segundo o professor, a crise financeira advém da queda aguda de receita pela baixa arrecadação no Rio, e por conta de uma economia que enfrenta recessão, falta de investimentos e desemprego, redução substancial dos recursos advindos dos royalties do petróleo.

“Aparece muito hegemônica na mídia que há uma crise de ganância, mas, na verdade, trata-se de uma queda de receita. Essa queda aconteceu no Brasil todo, com a crise internacional de 2015 e a derrubada do valor do barril de petróleo. Ninguém imaginaria uma queda tão brutal de mais de 100 dólares para 30 dólares o barril, em um período tão rápido”, analisa.

Desde 1999 até 2015, durante 16 anos, foram R\$ 114,9 bilhões recebidos pelo Estado em royalties e participações especiais sobre campos de petróleo (dados do InfoRoyalties, base de dados elaborada pela Universidade Candido Mendes).

Para o professor, o problema maior é o descaso com o recolhimento do ICMS, principal tributo para o Estado. Enquanto a arrecadação com os royalties cresceu mais de 1000% em uma década e meia, o ICMS estadual, no mesmo período, aumentou apenas 356% em valores correntes, passando de R\$ 7 bilhões em 1999 para R\$ 33 bilhões, em 2015. Foi a menor variação entre os 27 estados e o Distrito Federal.

Mauro aponta a falta de planejamento do governo do Estado, nos últimos anos, na apropriação das receitas advindas dos royalties. O governo estadual não geriu corretamente os recursos do petróleo, que no caso do Rio, foi o dobro do recebido na média nacional dos estados.

Na economia de forma geral, o Estado está em situação desastrosa. Enquanto o Brasil cresceu 33% a arrecadação, no período de 2006 a 2015, dados oficiais do Ministério da Fazenda, mostram que, no Rio de Janeiro, houve queda de 7%, no mesmo período, diz. Para Mauro, a queda de receitas se dá, também, por conta da crise política que se instalou com a saída do governo Dilma. O medo, a conturbação política vivida a partir de então afastaram as empresas e os investimentos do Estado. Com poucas empresas atuando, cai a base de arrecadação. Faltou ainda, planejamento do governo do Estado para se apropriar melhor das receitas do período anterior, com os repasses dos royalties do petróleo e as transferências federais do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).



Mauro Osório é economista e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro

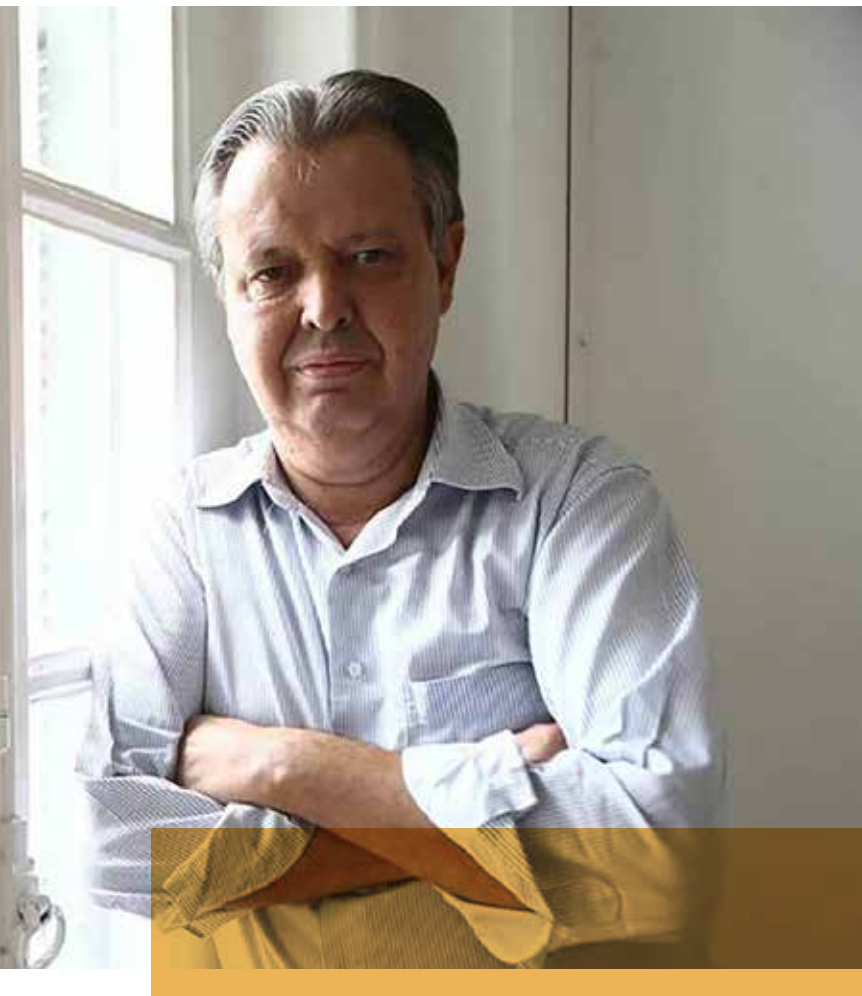
Para o professor, no entanto, a crise fluminense vem de longas datas “O Rio vem em decadência desde que Brasília se consolidou em dinamismo econômico e se implantou aqui a lógica do chaguismo que ajuda a desestruturar o Estado. Não é a toa que Eduardo Cunha sai daqui”.

Mauro diz que faltou também planejamento regional para o desenvolvimento do antigo Estado da Guanabara. “Não houve criação de universidades, investimentos em infraestrutura, saneamento básico. O crescimento das periferias aconteceu de forma precária e desordenada. Houve falta de reflexão regional”. Segundo o professor há demonstrativos suficientes da precariedade da infraestrutura de acesso a telecomunicações, energia, saneamento e de oferta de terrenos para instalação de indústrias de forma legalizada do ponto de vista do zoneamento urbano e da propriedade da terra. São dados que mostram a dificuldade de atração de indústrias para a periferia da região metropolitana.

## Nove anos sem aumento do quadro de servidores concursados

Mauro reforça que a crise do Estado, como afirma o governo federal, não está em gastos com servidores e com os serviços públicos. “O Rio de Janeiro e o Espírito Santo são os que menos gastam com pessoal ativo. Não houve aumento de pessoal nesses estados entre 2006 e 2015. No caso de engenheiros, por exemplo, haviam 1.200 profissionais, hoje são apenas 400 servidores na ativa. Na Administração, não há um assistente social de carreira. No setor público, as pessoas demonizam o custeio. Mas serviço público significa manter pessoas, então se diz que isso é caro. Por que, quando cai a receita, a crise bate mais no que as pessoas mais necessitam que é a saúde? Porque é onde o custeio é mais caro e complexo”.





### Isenções não explicam a crise

O economista diz que as isenções fiscais não explicam a crise. Segundo ele, documentos do Tribunal de Contas da União mostram dados de isenções de R\$ 180 bilhões, mas que na verdade se transformam em R\$ 30 bilhões, quando são subtraídas operações “neutras” de empresas que teriam direito à isenção, mas não a usaram. Como um dos exemplos, Mauro cita a Michelin “que não chegou a usar o incentivo da legislação fiscal para exportação”.

Apesar de não considerar as isenções como sendo o efeito da crise, o professor é totalmente favorável a que haja transparência na concessão dos incentivos e considera que pode haver distorções, mas que não seriam significativas para o quadro caótico da situação financeira do Estado.

### Governo federal é responsável

Segundo Mauro Osório, o discurso das isenções como sendo as vilãs da crise estaria eximindo o governo federal de liberar as verbas necessárias para resolver a crise pública do Estado do Rio, que está tendo que fechar escolas, universidades e hospitais. “Só no Hospital Pedro Hernesto, foram demitidos 2.500 servidores”.

Sobre o pacote de ajuste fiscal do governo Pezão, Mauro acredita que, de fato, sem dinheiro federal, o Rio de Janeiro, não sai da crise. “O governo federal está sendo irresponsável. São pessoas morrendo com o sistema de saúde falido, atraso de pagamentos etc. Essa é uma questão central. O governo federal tem que entrar com os recursos para a solução da crise fluminense”, critica.

### O aumento das taxas de juros acentuam a crise

O governo estadual negocia uma dívida com o federal para receber um aporte de R\$ 3,5 bilhões. O economista alerta, no entanto, que uma simples queda de 1 ponto percentual em R\$ 500 bilhões de dívida interna, geraria R\$ 40 bilhões de recursos que resolveriam de longe a crise instalada. “Isso para o governo federal é troco”, ironiza.

“

Mas serviço público significa manter pessoas, então se diz que isso é caro. Por que, quando cai a receita, a crise bate mais no que as pessoas mais necessitam que é a saúde? Porque é onde o custeio é mais caro e complexo.”

“O governo federal está sendo irresponsável. São pessoas morrendo com o sistema de saúde falido, atraso de pagamentos etc. Essa é uma questão central. O governo federal tem que entrar com os recursos para a solução da crise fluminense”

”



MÁRCIO  
AZEVEDO(\*)

## Opinião

# VINTE ANOS DE CONGELAMENTO DOS GASTOS SOCIAIS (Emenda Constitucional 95)

O Brasil se tornou um país de políticos especialistas em mentir para os seus eleitores, onde duas correntes ideológicas, bem definidas (situação e oposição), caminham cada uma numa direção, mas no discurso não assumem suas verdadeiras pretensões quando das eleições. A título de exemplo, podemos citar a Emenda Constitucional 95, que de autoria do Presidente Michel Temer (Vice, por dois mandatos, de Dilma Rousseff na chapa PT/PMDB), impõe, até o ano de 2036, uma severa limitação dos gastos sociais (saúde, educação, segurança, saneamento básico etc.), sem que haja limite para os gastos públicos com o pagamento de JUROS e AMORTIZAÇÕES da Dívida Pública, sem que haja qualquer medida tendente a incluir o Grupo de 1% dos brasileiros ricos no Ajuste Fiscal “Saci Pererê” (de uma perna só: limitação de gastos sociais), que o Governo Temer leva adiante e que neste ano de 2017 se complementa com a PEC 287 (Reforma da Previdência Pública, também chamada de PEC DA ESCRAVIDÃO).

Os dados governamentais revelam que em um quinquênio (2011-2015) o Governo Federal:

A) Concedeu mais de R\$ 600 BILHÕES em desoneração tributária para Grandes Empresários, ampliando as margens de lucro destes mesmos Grandes Empresários à custa de crescimento da Dívida Pública;

B) Concedeu mais de R\$ 800 BILHÕES de SUBSÍDIO ao Agronegócio, aumentando o lucro dos Grandes deste Agronegócio à custa de maior crescimento da Dívida Pública;

C) Pagou aproximadamente R\$ 5 TRILHÕES para Banqueiros e Rentista na forma de JUROS & AMORTIZAÇÕES da Dívida Pública, além de Swap Cambial, mantendo na “estratosfera” os lucros de banqueiros, fazendo do Brasil o melhor lugar do mundo para banqueiros e rentistas ganharem dinheiro fácil, sem correspondência na atividade econômica produtiva;

D) Investiu, APENAS, R\$ 120 BILHÕES em programas sociais que alcançam aproximadamente 40 milhões de beneficiários.

O Governo Temer não caiu do céu, tampouco veio do inferno. O Governo Temer é responsável solidário com tudo que está acontecendo no Brasil desde a redemocratização em 1985. De 1985 até a presente data, o PMDB jamais deixou de ser SITUAÇÃO (Governo). O PMDB deu sustentação ao Governo FHC por oito anos; deu sustentação ao Governo Lula por iguais oito anos e, para completar, figurou na Chapa Presidencial da ex-Presidente Dilma Rousseff nas duas Eleições Presidenciais (2010 e 2014). Os mesmos 54 milhões de votos que elegeram Dilma Rousseff em 2014, são os 54 milhões de voto que hoje, pós-Impeachment, legitimam Michel Temer como Presidente da República Federativa do Brasil.

O PMDB de Michel Temer não pode dizer que não tem

compromisso com tudo o que ocorreu nas últimas décadas no Brasil e se sentir à vontade, de meados de 2016 até o fim de 2018, para propor um Ajuste Fiscal que só onera os pobres e a classe média, deixando de fora os Grandes Empresários, os Banqueiros e Grandes Rentistas. Não foi esta a plataforma que o PMDB, vice na Chapa Presidencial PT/PMDB, apresentou aos brasileiros como proposta para eleição da dupla Dilma/Temer. Os 54 milhões de votos que legitimam Michel Temer na Presidência da República, são os mesmos 54 milhões de votos que cobram dele coerência com a plataforma de Governo vencedora nas Eleições 2014.

No Estado do Rio de Janeiro, governado pelo PMDB nas últimas décadas, estamos assistindo o Governador Pezão tentando, desesperadamente, aprovar na ALERJ um Pacote de Maldades contra os Servidores Públicos, que dentre outras coisas pretende usurpar 22% dos salários a título de desconto previdenciário, como se os Servidores Públicos fossem os responsáveis pelos erros e ilícitos praticados na gestão governamental nos últimos anos. A proposta do Governador Pezão segue a mesma receita da proposta do Governo Temer, qual seja: fazer um ajuste de contas “saci pererê”, com uma perna só, somente incidindo sobre as despesas primárias, neste particular os Servidores Públicos e Pensionistas; sem que haja qualquer compromisso deste Pacote de Maldades do Governador Pezão em reduzir ou extinguir as bilionárias isenções tributárias concedidas sem qualquer estudo prévio ou concomitante que demonstre a viabilidade econômica ou social destas isenções fiscais concedidas, desde 2007, por simples ato do Governador, sem análise por parte da Assembléia Legislativa (ALERJ).

O ideal para evitar tais surpresas desagradáveis para a população votante é que qualquer medida, distinta daquelas previstas no Programa de Governo registrado em Cartório em 2014, seja pela Chapa Dilma/Temer, seja pela Chapa Pezão/Dornelles, e apresentado ao Povo Brasileiro como pressuposto para Eleição da Chapa, seja considerada “Estelionato Eleitoral” e possa significar o Impeachment do Mandatário no poder. Todavia, para isto se tornar uma realidade teremos que avançar, no Brasil (União) e no Estado do Rio de Janeiro, tal qual avançou o Município de São Paulo, aprovando uma PEC DA FIDELIDADE ELEITORAL, capaz de responsabilizar um Governante por MENTIR para os Eleitores, implementando política contrária àquelas que apresentou como proposta para ser eleito.

MÁRCIO AZEVEDO

Vice Presidente Nacional da PÚBLICA, Central do Servidor  
Diretor Jurídico PÚBLICA/RJ e SINPRF/RJ  
Doutorando em Direito e Ciências Sociais (UM/ARG)





# Cinema | CRÍTICA

POR CELSO RODRIGUES FERREIRA JUNIOR

ANALISTA PROCESSUAL E COLABORADOR DO SITE ALMANAQUE VIRTUAL



## Silêncio, novo filme de Martin Scorsese

A **Fé e a culpa cristã** são marcantes na obra de Martin Scorsese, que já abordou o tema em vários de seus filmes, sempre sob a perspectiva da presença de Deus a julgar os homens pelas suas escolhas (“A última tentação de Cristo” e “Kundun”, os mais óbvios). Em “Silêncio”, baseado no livro homônimo do japonês Shusaku Endo, o diretor volta a explorar essas questões.

Desprezado na última cerimônia do Oscar, em que foi indicado apenas à categoria de melhor fotografia, o longa narra a história de dois padres jesuítas portugueses (Andrew Garfield e Adam Driver) enviados ao Japão no Século XVII para investigar a apostasia do Padre Ferreira (Liam Neeson). Enquanto buscam notícias do seu mentor, enfrentam a brutal perseguição do governo aos japoneses cristãos.

A violência, outro tema primordial do diretor, propõe, aqui, dois questionamentos: pode a fé ser imposta? A manutenção de uma crença é válida a qualquer custo? Esse é o

dilema que acompanha padre Rodrigues durante toda a trama. Fiel aos preceitos da sua Igreja, o protagonista, composto por Garfield à semelhança da representação católica de Jesus Cristo, expõe suas dúvidas por meio da narração em primeira pessoa, que revela o contraste entre os seus atos e os seus pensamentos, muitas vezes dominados pela vaidade.

Abandonado à própria sorte em um país hostil, Rodrigues sofre com a ausência de Deus, que permanece calado apesar de toda a barbárie e das suas insistentes orações. O isolamento físico e espiritual do personagem é construído a partir de opções estéticas primorosas, como a paleta de cores frias que domina a fotografia, os longos e contemplativos planos abertos e a ausência de qualquer trilha sonora incidental. Conjugados, esses elementos impõem ao público um ritmo narrativo lento e penoso (condizente com o martírio suportado pelo padre), e deixam claro porque Martin Scorsese é considerado o maior cineasta vivo.



Não renove ou contrate seu seguro sem nos consultar.

[www.analiticaseguros.com.br](http://www.analiticaseguros.com.br)  
(21) 3747-1829



# Assemperj se reúne com Procurador-Geral

A segunda reunião regular da diretoria da Assemperj e do Sindsemp/RJ com o com Procurador Geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Eduardo Gussem, aconteceu na primeira segunda-feira de Março,



Pela Associação dos Servidores, participaram do encontro com Eduardo Gussem, o vice-presidente, Raphael de Carvalho, e o presidente, Flávio Sueth

dia 6. Participaram também do encontro o secretário-geral, Dimitrius Viveiros Gonçalves, o Chefe de Gabinete, Virgílio Stravidis, e o Assessor da PGJ, Diego Boyd. No encontro foram discutidos diversos assuntos de interesse da categoria, como a regulamentação do trabalho remoto, a criação da comissão de assédio moral e da necessidade de atualização dos benefícios.

**Segundo o procurador-geral**, os reflexos da conjuntura federal no Estado implicam em um realinhamento de gastos especialmente para garantir a execução financeira do órgão da forma mais eficiente e enxuta. “Algumas questões deverão ser revistas e estamos começando hoje pelos extra-quadros. Será uma análise apurada”. Para Gussem, o MPRJ tem que fortalecer os seus setores de Tecnologia e de Mediação de Conflitos. “Não podemos deixar de investir fortemente em TI, que é uma mão de obra terceirizada porque é de uma área muito dinâmica. Vamos ter que rever algumas práticas na casa. Caminhamos para uma administração acima de tudo enxuta e com critérios”.

No encontro foi discutido o pacote de ajuste fiscal do governo estadual que vem tramitando na Assembleia Legislativa. O presidente da Assemperj, Flávio Sueth, sugeriu a possibilidade de que a Administração possa conceder aumentos nos benefícios como saúde e alimentação, para de alguma forma minimizar as perdas que os servidores do MP terão com a adoção do novo regime fiscal que poderá congelar os gastos públicos por mais três anos. O presidente da associação solicitou que esse pedido possa ser avaliado com uma certa urgência dada a celeridade com que o pacote do governo vem sendo aprovado pelos deputados. “Se o pacote for aprovado, a partir daí o acordo que vem sendo articulado com o governo federal determina que o Estado fique três anos sem reajustar salários. Com os seis últimos anos sem reajuste, teremos pela frente um acúmulo de perdas de nove anos. Não seria interessante que pudéssemos aprovar um reajuste dos auxílios, ainda que neste momento não haja recursos para implementá-lo, não seria uma garantia para minorar o arrocho que vem pela frente?”, questionou.

O Procurador-Geral disse que receberia um requerimento da associação nesse sentido e que este seria analisado do ponto de vista do impacto financeiro para a instituição e da viabilidade desse mecanismo para minimizar as perdas que se acenam com a aprovação do pacote do governo Pezão. “Mas essa resposta deverá ser analisada e também verificaremos se vale a pena o custo financeiro e político que isso pode acarretar para a instituição”, considerou.

## Comissão do assédio moral

Gussem sugeriu que a Assemperj encaminhe à Administração uma proposta de regulamentação da Lei nº 3921, de 2 de agosto de 2002, que veda o assédio moral no trabalho, no âmbito dos órgãos públicos.

“Achamos melhor ouvir a expectativa de vocês em relação a esse assunto”, disse o Procurador. O presidente da Assemperj considerou ótima a iniciativa de diálogo da Administração com os servidores e ressaltou o protagonismo do MPRJ, que seria a primeira instituição pública a regulamentar a lei do assédio no Estado. “Aqui no Rio de Janeiro, não temos conhecimento de nenhum órgão público que tenha regulamentado a lei. Seríamos a vanguarda nesse processo”, destacou Flávio.

A diretoria da Assemperj se comprometeu a enviar, até dia 20 de março, uma proposta com indicações gerais para a regulamentação da lei do assédio na instituição.

## Teletrabalho

Também foi tratada com o Procurador-Geral a regulamentação do trabalho remoto. A resolução do Conselho Nacional dos Ministérios Públicos (CNMP), emitida no último dia 17 de fevereiro, prevê a participação da representação dos servidores na comissão de gestão de implementação da resolução.

Ficou acordado que a Assemperj apresentará à Administração, ainda na fase de elaboração da proposta, uma lista de sugestões dos servidores para a implementação do trabalho remoto.

A expectativa de prazo para a aprovação da regulamentação do trabalho remoto pela Administração é de cerca de 60 dias.

As reuniões com o Procurador-Geral serão, a partir de agora, mensais, ocorrendo sempre na primeira segunda-feira do mês. A próxima já está marcada para 3 de abril. A diretoria da Assemperj espera com esse expediente poder garantir maior possibilidade de encaminhar as demandas dos servidores e obter sucesso na conquistas das solicitações da categoria.